



GT 18. As encruzilhadas entre fazer sofrer ou devolver a dor nas teias governamentais do sofrimento

Coordenador(es):

Larissa Nadai (USP - Universidade de São Paulo)

Anelise dos Santos Gutterres (UFRJ - Universidade Federal do Rio de Janeiro)

Sessão 1 - Sobre fazer sofrer: o sofrimento como técnica e modo de governo

Debatedor/a: Everton de Oliveira (UEM - Universidade Estadual de Maringá)

Sessão 2 - Sofrimento como gramática: enredamentos entre política e práticas de existência

Debatedor/a: Adriana dos Santos Fernandes (UERJ - Universidade do Estado do Rio de Janeiro)

Dando continuidade aos debates iniciados na 31ª Reunião Brasileira de Antropologia, em Brasília, este Grupo de Trabalho aborda a relação entre as diversas malhas governamentais e seus efeitos na condução da vida cotidiana. Especificamente, interessa-nos os efeitos que geralmente são traduzidos como sofrimento, tanto pelos sujeitos que experienciam essa condição afetiva quanto pelos discursos que compõem o aparato governamental e seus modelos de gestão de corpos, populações e territórios. Ou seja, situações de pesquisa cujo nexos está exatamente em situar o sofrimento tanto nas tramas que conformam o aparato governamental em seus mais variados setores, órgãos e instituições, quanto no modo pelos quais os sujeitos se movem por tais emaranhados estatais. Nesse sentido, por um lado, procuramos reunir neste GT, investigações atentas etnograficamente aos modos pelos quais as instâncias estatais induzem (ou refreiam) o sofrimento (físico, moral ou subjetivo) das populações que visam governar, num entrecruzamento cujo móvel está nas práticas de controle, cuidado, intervenção, perscrutação e/ou extermínio de corpos, relações e territórios. Por outro lado, a fim de escrutinar os limites éticos de pesquisa em tais condições - assim como os desafios de uma escrita antropológica da dor que não reincida ela mesma na classificação maciça do sofrimento -, daremos prioridade às reflexões metodológicas e políticas nas quais a antropologia e as ciências sociais sejam o próprio foco de atenção.

Tecendo redes: gênero e violência nas periferias de São Paulo

Autoria: Milena Mateuzi Carmo (USP - Universidade de São Paulo)

Esta apresentação tem por fim expor alguns elementos de minha pesquisa de doutorado, ainda em andamentos, que busca compreender como famílias moradoras de regiões mais empobrecidas das periferias da cidade de São Paulo têm sido afetadas pelo recrudescimento da força repressiva das políticas de segurança. Dialogando com estudos que enquadram essas ações estatais como aspectos da necropolítica, argumento que gênero também constituiu uma das dimensões que sustentam a reprodução não apenas dessas violências, mas também de agenciamentos e resistências nesses territórios. Enquanto são homens que estão, majoritariamente, envolvidos em práticas ilícitas ou são vítimas imediatas da ação violenta do Estado, às mulheres recaem: o sofrimento da perda de parentes; a sobrecarga financeira gerada por mortes, prisões ou dívidas com o tráfico de drogas; e o tarefa do cuidado. São as mulheres que percorrem os labirintos do Estado? na manutenção de prisões (visitas, envio de provisões, etc), na busca de informações no sistema de justiça, na procura por políticas sociais locais, etc. Além de serem elas também que estão a frente de diversos movimentos sociais, tais como grupos de mães que se identificam com a Luta contra o genocídio de jovens negros e pobres ou de familiares que atuam contra o sistema prisional. Meu argumento é de que nessas operações cotidianas em distintos espaços dois processos se destacam. Um deles é a



remodelação de relações e percepções de gênero, isto é, se por um lado nas portas de presídios o estigma de mulher ou mãe de bandido é reforçado, nos movimentos sociais essas mulheres passam a ser vistas como guerreiras, lutadoras ou vítimas do Estado. O outro é que as redes formadas por mulheres vão sendo tecidas a partir da gramática do cuidado. Cuidado esse que não se restringe ao espaço doméstico, mas o extrapola. Cada vez tem surgido mais grupos de mulheres (tanto ativistas, como familiares) que se organizam buscando auto-cuidado: grupo de mães, círculo de mulheres, coletivos feministas periféricos, grupos de familiares de pessoas presas etc. Enfim, minha hipótese, profundamente inspirada nos works das antropólogas Veena Das e Adriana Vianna, é a de que este cuidado extrapolaria o espaço doméstico, reproduzindo-se no âmbito público: presídios, políticas sociais e movimentos sociais. E, se por um lado essa tarefa do cuidado é experimentada como sobrecarga que produz esgotamento e adoecimento, por outro lado, constitui-se como possibilidade pela qual as mulheres refazem e reabitam não apenas mundos depois de perdas e sofrimentos.



Sobre a 32 RBA

Em 2020, a Reunião Brasileira de Antropologia vai ocorrer de modo remoto entre os dias 30 de outubro e 06 de novembro. O evento é realização da Associação Brasileira de Antropologia e da Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ), palco de muitas histórias de luta pela afirmação do caráter público e socialmente comprometido do conhecimento que produzimos. Estarão em discussão, na 32ª RBA, não apenas os diversos temas que constituem o verdadeiro tesouro investigativo que a antropologia brasileira forjou ao longo de várias décadas, mas também as graves questões colocadas pelo inquietante contexto social e político atual. Nele, vislumbram-se inúmeros desafios a direitos consagrados pela Constituição Brasileira e a valores éticos centrais à atuação das e dos antropólogos, especialmente o respeito às diferenças sociais, culturais e políticas, baseadas em etnia, raça, religião, classe, gênero, sexualidade, origem regional, nacionalidade, capacidades corporais etc. Hoje, mais que em qualquer outro momento histórico, os saberes antropológicos são veementemente instados a aprofundar a análise dos muitos problemas nacionais, entre os quais, a crescente desigualdade social, a real vulnerabilidade de grupos e populações e os elevados índices de violência no campo e nas cidades. Que a 32ª RBA possa trazer contribuição relevante ao país e à comunidade antropológica brasileira, em seu contínuo e árduo trabalho de refinar saberes insubmissos a todas as forças e poderes que ameaçam a diversidade humana e naturalizem as desigualdades sociais.

Realização:



Apoio:



Organização: